



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

MINUTA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA O LEITE DE CABRA NO PROGRAMA LEITE FOME ZERO 2010

O ESTADO DO CEARÁ, através da **SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**, por força do Art. 97, da Lei N.º 3.875, de 07 de fevereiro de 2007, inscrita no CNPJ/MF sob o N.º 07.954.563/0001-68, com sede nesta Capital, neste ato representado pelo titular da Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA, faz saber que, pelo presente Edital, do dia 18 a 19 de Novembro de 2010, estarão abertas as inscrições para credenciamento e contratação de empresas laticinistas de pasteurização de leite de cabra, instalada no Estado do Ceará, especializada na prestação de serviço de captação, pasteurização, transporte e entrega de leite, com vistas à operacionalização do leite de cabra no Programa Leite Fome Zero do Estado do Ceará.

O presente edital esta referendado na Lei 10.696, de 2 de Julho de 2003 que instituiu o **PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA**.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LATICÍNIOS PARA CAPTAÇÃO, PASTEURIZAÇÃO, ENVASAMENTO, TRANSPORTE E ENTREGA DE LEITE DE CABRA PASTEURIZADO PARA O PROGRAMA LEITE FOME ZERO.

1 - JUSTIFICATIVA

O Programa Leite Fome Zero tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento das ações de continuidade do Programa de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite do Governo Federal nos Estados, visando o fortalecimento da cadeia produtiva por meio da geração de renda e da garantia de preço do produto, diminuindo a vulnerabilidade social com o combate à fome e à desnutrição com prioridade a crianças de 02 (dois) a 07 (sete) anos de idade, gestantes, nutrizes, idosos e outros que estejam em estado de insegurança alimentar e nutricional através da distribuição gratuita do leite, conforme Resolução nº. 37, de 09 de novembro de 2009, do grupo gestor do Programa de Aquisição de Alimentos.

2 - DA INSCRIÇÃO

2.1 - LOCAL:

As propostas serão entregues em envelopes lacrados na Coordenação do Programa Leite Fome Zero, do dia 18 a 19 de Novembro de 2010 no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, nas dependências da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, sito na Av. Bezerra de Menezes, 1820, São Gerardo, Fortaleza – CE, mediante preenchimento da ficha de credenciamento constante no Anexo II deste Edital.

3 - DO CREDENCIAMENTO DOS BENEFICIADORES DO LEITE

3.1 - O credenciamento será realizado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário -SDA, mediante solicitação do representante legal da empresa, que deverá apresentar os seguintes documentos:



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

I - HABILITAÇÃO JURÍDICA;

- a) cópia da ata de nomeação da diretoria ou da assembleia;
- b) cópia do contrato ou do estatuto, registrado, e com suas alterações, conforme o caso;
- c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- d) cópia do documento de identidade RG e CPF do(s) representante(s) legal(is) da empresa, todos autenticados;
- e) comprovante de residência do(s) representante(s) legal(is) da empresa autenticado(s).
- f) declaração do SIE ou SIF, referente ao CNPJ apresentado.

II - HABILITAÇÃO TÉCNICA:

- a) certificação de inspeção sanitária municipal, estadual e/ ou federal no âmbito de suas competências;
- b) certificado de registro expedido pelo órgão responsável ou pelo serviço de inspeção federal do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- c) declaração do beneficiador interessado emitida por seu responsável legal, com firma reconhecida em cartório, concordando com o atendimento de todo lote pleiteado e afirmando possuir aptidão/capacidade operacional, instalações, pasteurizador rápido, transporte refrigerado e freezers para armazenamento do leite, inclusive nos pontos de distribuição;

III - REGULARIDADE FISCAL

- a) certidões negativas de débitos(CND) Municipal, Estadual e Federal;
- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS);
- c) certidão negativa de débito com a Previdência Social (INSS);

IV - OUTROS;

- a) declaração do interessado de que não possui impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública, com firma reconhecida em cartório;
- b) declaração do interessado de que não viola o art.7º, XXXIII da constituição da república de 1988, com firma reconhecida em cartório;
- c) dados bancários da empresa;
- d) declaração, com firma reconhecida em cartório, de que está de acordo com os preços estabelecidos para o leite de cabra no Programa Leite Fome Zero do Estado do Ceará, com todas as demais obrigações estabelecidas, devendo ainda indicar o(s) lotes(s) para o(s) qual(is) se candidata baseado-se na relação de lotes e cotas, conforme anexo V deste edital;
- e) ficha de inscrição, assinada pelo representante legal da empresa (anexo);
- f) relação dos agricultores familiares produtores de leite contendo nome do produtor, endereço, cópia do CPF, cópia do RG, produção média diária e cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP);



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

- g) declaração de capacidade diária de processamento de leite de cabra pasteurizado assinada pelo(s) representante(s) legal(is) e autenticada em cartório.

Parágrafo Único: A falta de quaisquer requisitos descritos nos itens (I, II, III, IV) abaixo, implicará em indeferimento do credenciamento.

4 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) acompanhar e fiscalizar a entrega do leite de cabra, conferindo os quantitativos, a pontualidade e a qualidade do produto, certificando-se do devido acondicionamento e que o transporte do gênero alimentício está sendo realizado nas condições de refrigeração e manuseio condizentes;
- b) informar à **CREDENCIADA CONTRATADA**, o nome da pessoa responsável em cada município pelo recebimento do leite nos pontos de distribuição indicados;
- c) informar mensalmente a **CREDENCIADA CONTRATADA** a quantidade de leite que deverá ser entregue nos municípios, de acordo com a pontuação do Sistema Leite Fome Zero;
- d) realizar mensalmente, às análises físico-químicas e microbiológicas do produto fornecido, adotando as medidas pertinentes. Caso haja constatação de que não atende às exigências da legislação em vigor, que regulamenta os critérios da qualidade do leite, deverão ser tomadas as medidas pertinentes;
- e) notificar a **CREDENCIADA CONTRATADA** das irregularidades apontadas pela fiscalização, referente aos aspectos qualitativos e quantitativos do produto distribuído, dando-lhe direito ao contraditório e instituindo prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para defesa e/ou regularização da ocorrência;
- f) penalizar a **CREDENCIADA CONTRATADA**, quando esta incorrer em descumprimento de obrigações referentes à qualidade e quantidade do leite de cabra distribuído, bem como à obediência à frequência, locais e aos horários da distribuição;
- g) excluir definitivamente, a **CREDENCIADA CONTRATADA** após reincidência ao descumprimento de obrigações referentes ao item anterior (4.f).

5 - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA CONTRATADA

O interessado, se credenciado e contratado, deverá administrar de forma integrada e estratégica, planejando e coordenando todas as atividades, otimizando os recursos disponíveis e visando à qualidade do leite e à efetiva entrega do mesmo, devendo ainda:

I - adquirir o leite de cabra a ser distribuído, obrigatoriamente, de agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF conforme o capítulo 10, seção 2 do Manual de Crédito Rural, que apresentem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) regulamentada pela Portaria nº. 46/2005 do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, desde que efetivamente participem das ações promovidas pelo estado conveniente, notadamente as relativas à assistência técnica e realizem a vacinação do rebanho bovino quando existir na propriedade, especialmente contra a febre aftosa. Terá prioridade aqueles cuja produção média diária seja de até 30 litros,



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

não sendo obtida a cota diária de leite prevista para satisfazer o abastecimento do contrato, serão cadastrados os produtores cuja produção média diária esteja entre 31 a 60 litros. Por fim, não obtida a cota de leite a ser adquirida serão cadastrados os produtores que tenham média diária entre 61 a 100 litros de leite, podendo produzir até 150 litros/dia, conforme Resolução nº. 37, de 09 de novembro de 2009, do grupo gestor do Programa de Aquisição de Alimentos;

II - obedecer ao teto a que se refere o inciso VI do art. 5º do Decreto 6.959 de 15 de setembro de 2009, onde o limite máximo de aquisição do PAA – Leite será de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por agricultor familiar, para cada semestre, considerados os meses de janeiro a junho e de julho a dezembro limitando a 100 (cem) litros por dia por agricultor familiar;

III – fornecer quinzenalmente a CONTRATANTE a relação dos agricultores produtores de leite que efetuam a produção do leite durante a quinzena, devendo este se enquadrar nos critérios estabelecidos no item 5 – I, o qual elenca a prestação da seguinte documentação para reconhecimento do agricultor familiar como produtor: nome do produtor, número do CPF, quantidade de leite fornecido ao Programa e número da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP);

IV – o leite de cabra captado terá que atender as normas da legislação em vigor;

V – efetuar a pasteurização do leite de cabra conforme os padrões técnicos especificados na legislação em vigor;

VI - fornecer o leite de cabra pasteurizado devidamente envasado no modelo de embalagem determinado pela contratante;

VII - promover a entrega do leite de cabra a cada 02 (dois) dias por semana, totalizando 03 (três) entregas semanais nos pontos de distribuição nos municípios, obedecendo criteriosamente o prazo de validade do produto;

VIII - transportar, descarregar, armazenar e refrigerar apropriadamente o leite, garantindo suas qualidades de acordo com as exigências previstas na legislação em vigor;

IX - dotar todos os postos de distribuição de leite com equipamentos de refrigeração com capacidade para dois dias de armazenagem para cada ponto de distribuição, bem como realizar sistematicamente manutenção desses equipamentos, promovendo a substituição quando necessário;

X - acondicionar o leite a ser distribuído em embalagens plásticas de um litro, com a logomarca do Programa, a identificação da indústria, datas de fabricação e de validade do produto, devendo todo o procedimento de armazenamento do leite ser apresentado em conformidade com a Legislação Federal e Estadual em vigor;

XI - proceder à substituição das embalagens danificadas durante o trajeto e/ou entrega, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

XII - manter atualizado o Sistema de Monitoramento Online do Programa Leite



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

Fome Zero, de acordo com as orientações da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA;

XIII - assegurar o fornecimento da quantidade de leite ora pactuada até o final da vigência do contrato;

XIV - arcar com todas as obrigações sociais, tributárias, securitárias, trabalhistas, fretes e quaisquer outros encargos que incidam sobre os valores do produto fornecido;

XV - realizar a entrega do leite de acordo com o número de beneficiários ativos, não podendo ultrapassar esse limite sob pena de não receber o pagamento do excedente, mesmo que esteja dentro da cota do município;

XVI - não subcontratar, sub-rogar, ceder, alienar ou alterar os termos do contrato sem prévia e expressa autorização da contratante;

XVII – em hipótese alguma, o leite que deixou de ser entregue naquele período poderá ser compensado em entregas posteriores, sob pena de não receber o pagamento pelo mesmo;

XVIII - atender sua cota contratada até o final do contrato, salvo no caso de imprevistos, informados e aceitos pela SDA, devendo ainda a CONTRATADA prever a capacidade de produção de leite da região;

XIX - permitir o livre exercício da fiscalização por parte da **CONTRATANTE** ou de seus prepostos.;

XX - em caso de algum imprevisto que impossibilite a entrega do leite de acordo com as normas estabelecidas, a contratada deverá informar o fato à Contratante e aos municípios.

5.1 - Reunida a documentação exigida no item 3 (**CREDENCIAMENTO DOS BENEFICIADORES DO LEITE**), deste edital, conforme resolução do programa do leite, o processo será remetido a Assessoria Jurídica - ASJUR da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará para análise e parecer para documentação entregue para credenciamento. Após o certificado pela auditoria jurídica e técnica, o processo será remetido ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, autoridade superior do órgão para ratificação e publicação.

5.2 - O interessado, se credenciado para prestação dos serviços compreendidos no objeto do credenciamento:

I – deverá manter em regularidade suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e fiscais, bem como suas situações junto aos órgãos oficiais fiscalizadores de suas atividades, cabendo-lhe apresentar ao órgão ou entidade contratante, sempre que esse julgar necessário, as comprovações dessa regularidade;



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

II - não poderá delegar ou transferir a terceiros a prestação dos serviços ora pactuados, sem prévia justificativa para autorização, por escrito, do órgão ou entidade contratante.

6 - DO PAGAMENTO

6.1 - A CREDENCIADA deverá apresentar após o primeiro dia útil posterior ao encerramento da primeira e segunda quinzenas de cada mês, a solicitação de pagamento, comprovante fiscal do produto fornecido, recibo de entrega do leite nos municípios, certidões negativas de débitos e relação dos produtores fornecedores de leite no período, contendo nome do produtor, número do CPF, produção diária fornecida na quinzena ao Programa e número da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). O pagamento será efetivado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da apresentação dos documentos, desde que os mesmos estejam completos. O pagamento ao produtor será efetuado de forma a ser estabelecida pela CONTRATANTE.

6.2 - O pagamento dos serviços prestados pelo beneficiador do leite de cabra credenciado e contratado de que trata esta resolução estará condicionado, durante a vigência contratual, à atualização das certidões negativas de Débitos - CND's, dentro do prazo de validade dos documentos.

Parágrafo Único – O preço de processamento por litro do leite de cabra pasteurizado pelo Programa ao laticínio é de R\$ 0,52 (cinquenta e dois centavos). O produtor receberá o valor de R\$ 1,20 (um real e vinte centavos) por litro.

Parágrafo Primeiro - Outras obrigações complementares serão informadas no instrumento de contrato a ser celebrado, cuja minuta segue em anexo (Anexo IV).

Parágrafo Segundo - Os casos de credenciamento não enquadrados no procedimento estabelecido neste Edital serão submetidos às unidades de Auditoria, integrantes do Sistema de Auditoria Interna do Poder Executivo, do órgão ou entidade envolvido, para análise e certificação da regularidade do processo administrativo que o acompanha.

7. RECURSOS FINANCEIROS

7.1 Os recursos financeiros serão oriundos do Convênio 005/2009 - SESAN, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS e o Estado do Ceará, através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA, com as seguintes dotações orçamentárias:

21100024.20.602.040.20444.04.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040.20444.05.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040.20444.07.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040.20444.04.33903200.82.2.00,
21100024.20.602.040.20444.05.33903200.82.2.00,
21100024.20.602.040.20444.07.33903200.82.2.00,

8 - DAS PENALIDADES

8.1 – A contratante, por força do contrato celebrado, poderá impor pena contratual à contratada, caso seja detectada afronta às regras constantes do contrato e no presente Edital de Credenciamento, bem como das normas de sanidade animal e também da Instrução Normativa N° 51 do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária – MAPA.

8.2 – São penalidades passíveis de aplicação pela contratante:

- a) advertência;
- b) multa pecuniária;
- c) rescisão do contrato, nos termos do art. 77 da Lei 8.666/93.

8.3 – A pena de advertência, consiste em admoestação escrita, dirigida à empresa contrata, concluindo pela reprovação do ato praticado e reiterando sua proibição.

8.4 – A pena de multa, consiste na aplicação de valor pecuniário, que poderá chegar ao índice de dez por cento (10%) do valor pago pela contratante à contratada, referente à fatura do mês em que se verificou a irregularidade, que deverá ser descontado do pagamento da fatura imediatamente posterior à aplicação da penalidade.

8.5 – A rescisão do contrato consiste em por fim ao contrato bem como todos os seus efeitos, por culpa exclusiva da contratada, no caso a aplicação sucessivas de penas de multa, a serem verificadas pela Contratante.

Parágrafo Único: Caso a empresa contratada tenha seu contrato rescindido, nos termos do item acima, não poderá a mesma participar do Processo de Credenciamento imediatamente posterior.

8.6 – A aplicação das penalidades acima especificadas, será precedida, obrigatoriamente, de processo administrativo, que será iniciado *de ofício* pela contratante ou mediante pedido de qualquer cidadão interessado.

8.7 – Iniciado o processo, que tramitará perante a ASJUR/SDA, esta notificará a empresa interessada, por meio eletrônico, em endereço fornecido pela contratada, por *fac símile* ou por qualquer outro meio idôneo, dando conhecimento das irregularidades apontadas e facultando a contratada a apresentar defesa escrita no prazo de dez (10) dias.

8.8 – Apresentada a defesa, a Contratante analisará todos os argumentos ali articulados, promovendo, caso seja requerido, ampla produção de prova, inclusive testemunhal e, ao final, decidirá, de forma motivada e fundamentada, pela aplicação ou não de qualquer das penalidades previstas, levando em consideração a gravidade da conduta, se a mesma é reincidente e outros elementos pertinentes.

8.9 – Sempre que possível, a contratante observará a gradação na aplicação de penalidade, sendo em primeiro lugar aplicável pena de advertência, deixando as



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

demais para casos em que as condutas são reiteradas, havendo também a necessidade de gradação no valor do percentual a ser aplicado a título de multa, pelas seguintes faixas:

- a) 2% do valor da fatura, para casos da primeira aplicação de multa até a quarta aplicação.
- b) 5% do valor da fatura, para casos de quinta aplicação de multa até a sétima.
- c) 10% para todas aplicações posteriores a oitava aplicação.

Parágrafo Único: a partir da décima aplicação de penalidade pecuniária, a Contratante poderá aplicar a pena prevista no item “c” da cláusula 8.2, qual seja rescisão do contrato, facultando à empresa ampla defesa e contraditório, conforme itens acima.

8.10 – Caso a contratante aplique qualquer penalidade, será facultado a contratada apresentar Recurso de Reconsideração ao Secretário do Desenvolvimento Agrário, que decidirá em última e final instância, não mais cabendo qualquer recurso administrativo.

8.11 – Das penalidades especiais:

- a) Adicionar, por qualquer meio ou mecanismo, água no leite.

Pena: multa a ser fixada no mesmo percentual do volume de água constatado no laudo, sem prejuízo das multas normalmente impostas.

- b) Retirar, por qualquer processo ou mecanismo, gordura além do legalmente permitido.

Pena: multa em percentual equivalente a quantidade de gordura retirada do leite.

- c) Adicionar, por qualquer meio, peróxidos ou qualquer outros produtos de conservação do leite de cabra.

Pena: multa adicional de 10% sobre a fatura respectiva, sem prejuízo da pena principal a ser aplicada.

9 – DA SELEÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A seleção das empresas obedecerá aos seguintes critérios:

- a) documentação exigida de acordo com o item 3 deste Edital;
- b) relação de produtores, de acordo com o estabelecido no item 5. a, no qual a produção é igual ou superior a quantidade de leite a ser distribuída.

Caso haja mais de uma proposta por lote, a escolha se dará pelos seguintes critérios:

- a) terão preferência as Cooperativas de Agricultura Familiar que apresentarem DAP Jurídica e que tenham SIE ou SIF referente ao CNPJ apresentado, e apresentem ainda logística e condições de atendimento;
- b) terão preferência de contratação as microempresas e empresas de pequeno porte, de conformidade com o art. 44 da Lei Complementar 123/06 e que apresentem também logística e condições de atendimento;



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

- c) terão preferência de contratação, em situação de empate, as empresas brasileiras de capital nacional, de conformidade com o art. 3º da Lei nº 8666/93;
- d) terão prioridade nos lotes as empresas com endereço na área de abrangência dos mesmos;
- e) em caso de concorrência do mesmo lote, terá prioridade a empresa que apresentar maior número de produtores com produção média de 30 litros/dia após análise técnica;
- f)
- g) na hipótese de, esgotados todos os critérios acima elencados, persistir o empate, proceder-se-á em sorteio, a ser marcado pela equipe técnica e Assessoria Jurídica da SDA, que deverá convidar as empresas interessadas.

O resultado do credenciamento será publicado no Diário Oficial e divulgado na Coordenação do Programa Leite Fome Zero no site: www.sda.ce.gov.br.

Os resultados não serão divulgados por telefone ou e-mail ou qualquer outro meio de comunicação que não os expressamente consignados no presente Edital.

Os casos omissos no presente EDITAL serão resolvidos pela assessoria jurídica da SDA e equipe técnica da Coordenação .

Compõem este Edital os Anexos:

ANEXO 01 - TERMO DE CREDENCIAMENTO;

ANEXO 02 - FICHA DE INSCRIÇÃO;

ANEXO 03 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MENOR;

ANEXO 04 - MINUTA DO CONTRATO;

1) - Modelo de relação dos produtores,

2) - requerimento de solicitação de pagamento,

3) - recibo de entrega.

ANEXO 05 - RELAÇÃO DOS LOTES;

Fortaleza (CE), de Novembro de 2010.

ANTÔNIO RODRIGUES DE AMORIM
Secretario do Desenvolvimento Agrário



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

ANEXO 01 - TERMO DE CREDENCIAMENTO

1. OBJETO

Processo de credenciamento de empresas de laticínios, especializada na prestação de serviço de captação, pasteurização, envasamento, transporte e entrega de leite, com vista à operacionalização do leite de cabra no Programa de Leite Fome Zero do Estado do Ceará.

2. JUSTIFICATIVA

O Programa Leite Fome Zero tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento das ações de continuidade do Programa de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite do Governo Federal nos Estados, visando o fortalecimento da cadeia produtiva por meio da geração de renda e da garantia de preço do produto, diminuindo a vulnerabilidade social com o combate à fome e à desnutrição com prioridade a crianças de 02 (dois) a 07 (sete) anos de idade, gestantes, nutrizes, idosos e outros que estejam em estado de insegurança alimentar e nutricional através da distribuição gratuita do leite, conforme Resolução nº. 37, de 09 de novembro de 2009, do grupo gestor do Programa de Aquisição de Alimentos.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1 acompanhar e fiscalizar a entrega do leite de cabra, conferindo os quantitativos, a pontualidade e a qualidade do produto, certificando-se do devido acondicionamento e que o transporte do gênero alimentício está sendo realizado nas condições de refrigeração e manuseio condizentes;

3.2 informar a credenciada contratada o nome da pessoa responsável de cada município pelo recebimento do leite nos pontos de distribuição indicados;

3.3 informar mensalmente a credenciada contratada a quantidade de leite que deverá ser entregue nos municípios, de acordo com a pontuação do Sistema Leite Fome Zero;

3.4 realizar mensalmente, às análises físico-químicas e microbiológicas do produto fornecido. Caso haja constatação de que não atende às exigências da legislação em vigor, que regulamenta os critérios da qualidade do leite, deverão ser tomadas as medidas pertinentes;

3.5 notificar a **CREDENCIADA CONTRATADA** das irregularidades apontadas pela fiscalização, referente aos aspectos qualitativos e quantitativos do produto distribuído, dando-lhe direito ao contraditório e instituindo prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para defesa e/ou regularização da ocorrência;

3.6 penalizar a **CREDENCIADA CONTRATADA**, quando esta incorrer em descumprimento de obrigações referentes à qualidade e quantidade do leite de cabra distribuído, bem como à obediência à frequência, locais e aos horários da distribuição;

3.7 excluir definitivamente, a **CREDENCIADA CONTRATADA** após reincidência ao descumprimento de obrigações referentes ao item anterior (3.6).

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA CONTRATADA

O interessado, se credenciado e contratado, deverá administrar de forma integrada e estratégica, planejando e coordenando todas as atividades, otimizando os



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

recursos disponíveis e visando à qualidade do leite e à efetiva entrega do mesmo, devendo ainda:

I - adquirir o leite de cabra a ser distribuído, obrigatoriamente, de agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF conforme o capítulo 10, seção 2 do Manual de Crédito Rural, que apresentem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) regulamentada pela Portaria nº. 46/2005 do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, desde que efetivamente participem das ações promovidas pelo estado conveniente, notadamente as relativas à assistência técnica e realizem a vacinação do rebanho bovino quando existir na propriedade, especialmente contra a febre aftosa. Terá prioridade aqueles cuja produção média diária seja de até 30 litros, não sendo obtida a cota diária de leite prevista para satisfazer o abastecimento do contrato, serão cadastrados os produtores cuja produção média diária esteja entre 31 a 60 litros. Por fim, não obtida a cota de leite a ser adquirida serão cadastrados os produtores que tenham média diária entre 61 a 100 litros de leite, podendo produzir até 150 litros/dia, conforme Resolução nº. 37, de 09 de novembro de 2009, do grupo gestor do Programa de Aquisição de Alimentos;

II - obedecer ao teto a que se refere o inciso VI do art. 5º do Decreto 6.959 de 15 de setembro de 2009, onde o limite máximo de aquisição do PAA – Leite será de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por agricultor familiar, para cada semestre, considerados os meses de janeiro a junho e de julho a dezembro limitando a 100 (cem) litros por dia por agricultor familiar;

III – fornecer quinzenalmente a CONTRATANTE a relação dos agricultores produtores de leite que efetuam a produção do leite durante a quinzena, devendo este se enquadrar nos critérios estabelecidos no item 4 – I, o qual elenca a prestação da seguinte documentação para reconhecimento do agricultor familiar como produtor: nome do produtor, número do CPF, quantidade de leite fornecido ao Programa e número da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP);

IV – o leite de cabra captado terá que atender as normas da legislação em vigor;

V – efetuar a pasteurização do leite de cabra conforme os padrões técnicos especificados na legislação em vigor;

VI - fornecer o leite de cabra pasteurizado devidamente envasado no modelo de embalagem determinado pela contratante;

VII - promover a entrega do leite de cabra a cada 02 (dois) dias por semana, totalizando 03 (três) entregas semanais nos pontos de distribuição nos municípios, obedecendo criteriosamente o prazo de validade do produto;

VIII - transportar, descarregar, armazenar e refrigerar apropriadamente o leite, garantindo suas qualidades de acordo com as exigências previstas na legislação em vigor;

IX - dotar todos os postos de distribuição de leite com equipamentos de refrigeração com capacidade para dois dias de armazenagem para cada ponto de



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

distribuição, bem como realizar sistematicamente manutenção desses equipamentos, promovendo a substituição quando necessário;

X - acondicionar o leite a ser distribuído em embalagens plásticas de um litro, com a logomarca do Programa, a identificação da indústria, datas de fabricação e de validade do produto, devendo todo o procedimento de armazenamento do leite ser apresentado em conformidade com a Legislação Federal e Estadual em vigor;

XI - proceder à substituição das embalagens danificadas durante o trajeto e/ou entrega, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

XII - manter atualizado o Sistema de Monitoramento Online do Programa Leite Fome Zero, de acordo com as orientações da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA;

XIII - assegurar o fornecimento da quantidade de leite ora pactuada até o final da vigência do contrato;

XIV - arcar com todas as obrigações sociais, tributárias, securitárias, trabalhistas, fretes e quaisquer outros encargos que incidam sobre os valores do produto fornecido;

XV - realizar a entrega do leite de acordo com o número de beneficiários ativos, não podendo ultrapassar esse limite sob pena de não receber o pagamento do excedente, mesmo que esteja dentro da cota do município;

XVI - não subcontratar, sub-rogar, ceder, alienar ou alterar os termos do contrato sem prévia e expressa autorização da contratante;

XVII – em hipótese alguma, o leite que deixou de ser entregue naquele período poderá ser compensado em entregas posteriores, sob pena de não receber o pagamento pelo mesmo;

XVIII - atender sua cota contratada até o final do contrato, salvo no caso de imprevistos, informados e aceitos pela SDA, devendo ainda a CONTRATADA prever a capacidade de produção de leite da região;

XIX - permitir o livre exercício da fiscalização por parte da **CONTRATANTE** ou de seus prepostos;

XX - em caso de algum imprevisto que impossibilite a entrega do leite de acordo com as normas estabelecidas, a contratada deverá informar o fato à Contratante e aos municípios.

5. LOCAL DE ENTREGA

Promover a entrega do leite de cabra no máximo a cada (02) dois dias nos pontos de distribuições nos municípios de acordo com a relação dos lotes, determinados pelo resultado do credenciamento.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

6. DA ESTIMATIVA DE PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão oriundos do Convênio 005/2009 – SESAN, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS e o Estado do Ceará, através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA, com as seguintes dotações orçamentárias:

21100024.20.602.040.20444.04.33903200.10.1.00
21100024.20.602.040.20444.05.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040.20444.07.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040.20444.04.33903200.82.2.00
21100024.20.602.040.20444.05.33903200.82.2.00,
21100024.20.602.040.20444.07.33903200.82.2.00,

6.2 – DO VALOR DO LITRO DE LEITE

6.2.1 O preço de processamento por litro de leite de cabra pasteurizado pelo Programa ao laticínio é de R\$ 0,52 (cinquenta e dois centavos). O produtor receberá o valor de R\$ 1,20 (um real e vinte centavos) por litro de leite.

6.3 - DA FORMA DE PAGAMENTO

A CREDENCIADA deverá apresentar após o primeiro dia útil posterior ao encerramento da primeira e segunda quinzenas de cada mês, a solicitação de pagamento, comprovante fiscal do produto fornecido, recibo de entrega do leite nos municípios, certidões negativas de débitos e relação dos produtores fornecedores de leite no período, contendo nome do produtor, número do CPF, produção diária fornecida na quinzena ao Programa e número da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). O pagamento será efetivado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da apresentação dos documentos, desde que os mesmos estejam completos. O pagamento ao produtor será efetuado de forma a ser estabelecida pela CONTRATANTE.

7. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

a) a Secretaria do Desenvolvimento Agrário, através de técnicos responsáveis ou através de empresa credenciada pela contratante, fará o recolhimento das amostras de leite à serem utilizadas na realização das análises.

b) o laticínio deverá permitir o livre exercício da fiscalização por parte da **CONTRATANTE** ou de seus prepostos.

8. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário poderá aplicar punições à empresa contratada, nas hipóteses de não cumprimento de quaisquer cláusulas, especificações ou prazos das obrigações contratuais, relacionadas em seguida:



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

- a) retardo ou atraso injustificado no cumprimento do objeto deste Instrumento;
- b) paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação de pelo menos 30 (trinta) dias à CONTRATANTE;
- c) decretação ou a instauração de insolvência civil da CONTRADA;
- d) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do contrato;
- e) paralisação da execução do contrato, salvo a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do mesmo, desde que comunicada imediatamente a contratante;
- f) não atendimento das determinações dos técnicos da CONTRATANTE, nas atividades de acompanhamento, supervisão e avaliação dos serviços objeto do contrato;
- g) inobservância ou descumprimento de regras, legislação, regulamentação, disposições conexas pertinentes, bem como das normas ou instruções oriundas do Grupo Gestor do Programa Leite Fome Zero – e também, de eventuais alterações que venham a ser introduzidas neste programa e as instruções supervenientes.

9. DAS PENALIDADES

9.1 – A contratante, por força do contrato celebrado, poderá impor pena contratual à contratada, caso seja detectada afronta às regras constantes do contrato e no presente Edital de Credenciamento, bem como das normas de sanidade animal e também da Instrução Normativa N° 51 do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária – MAPA.

9.2 – São penalidades passíveis de aplicação pela contratante:

- a) advertência;
- b) multa pecuniária;
- c) rescisão do contrato, nos termos do art. 77 da Lei 8.666/93.

9.3 – A pena de advertência, consiste em admoestação escrita, dirigida à empresa contrata, concluindo pela reprovação do ato praticado e reiterando sua proibição.

9.4 – A pena de multa, consiste na aplicação de valor pecuniário, que poderá chegar ao índice de dez por cento (10%) do valor pago pela contratante à contratada, referente à fatura do mês em que se verificou a irregularidade, que deverá ser descontado do pagamento da fatura imediatamente posterior à aplicação da penalidade.

9.5 – A rescisão do contrato consiste em por fim ao contrato bem como todos os seus efeitos, por culpa exclusiva da contratada, no caso a aplicação sucessivas de penas de multa, a serem verificadas pela Contratante.

Parágrafo Único: Caso a empresa contratada tenha seu contrato rescindido, nos termos do item acima, não poderá a mesma participar do Processo de Credenciamento imediatamente posterior.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

9.6 – A aplicação das penalidades acima especificadas, será precedida, obrigatoriamente, de processo administrativo, que será iniciado *de ofício* pela contratante ou mediante pedido de qualquer cidadão interessado.

9.7 – Iniciado o processo, que tramitará perante a ASJUR/SDA, esta notificará a empresa interessada, por meio eletrônico, em endereço fornecido pela contratada, por *fac símile* ou por qualquer outro meio idôneo, dando conhecimento das irregularidades apontadas e facultando a contratada a apresentar defesa escrita no prazo de dez (10) dias.

9.8 – Apresentada a defesa, a Contratante analisará todos os argumentos ali articulados, promovendo, caso seja requerido, ampla produção de prova, inclusive testemunhal e, ao final, decidirá, de forma motivada e fundamentada, pela aplicação ou não de qualquer das penalidades previstas, levando em consideração a gravidade da conduta, se a mesma é reincidente e outros elementos pertinentes.

9.9 – Sempre que possível, a contratante observará a gradação na aplicação de penalidade, sendo em primeiro lugar aplicável pena de advertência, deixando as demais para casos em que as condutas são reiteradas, havendo também a necessidade de gradação no valor do percentual a ser aplicado a título de multa, pelas seguintes faixas:

a) 2% do valor da fatura, para casos da primeira aplicação de multa até a quarta aplicação.

b) 5% do valor da fatura, para casos de quinta aplicação de multa até a sétima.

c) 10% para todas aplicações posteriores a oitava aplicação.

Parágrafo Único: a partir da décima aplicação de penalidade pecuniária, a Contratante poderá aplicar a pena prevista no item “c” da cláusula 9.2, qual seja rescisão do contrato, facultando à empresa ampla defesa e contraditório, conforme itens acima.

9.10 – Caso a contratante aplique qualquer penalidade, será facultado a contratada apresentar Recurso de Reconsideração ao Secretário do Desenvolvimento Agrário, que decidirá em última e final instância, não mais cabendo qualquer recurso administrativo.

9.11 – Das penalidades especiais:

a) Adicionar, por qualquer meio ou mecanismo, água no leite.

Pena: multa a ser fixada no mesmo percentual do volume de água constatado no laudo, sem prejuízo das multas normalmente impostas.

b) Retirar, por qualquer processo ou mecanismo, gordura além do legalmente permitido.

Pena: multa em percentual equivalente a quantidade de gordura retirada do leite.

c) Adicionar, por qualquer meio, peróxidos ou qualquer outros produtos de conservação do leite de cabra.

Pena: multa adicional de 10% sobre a fatura respectiva, sem prejuízo da pena principal a ser aplicada.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Desenvolvimento Agrário

**10. Nome e matrícula do servidor que acompanhará a execução do contrato.
(Art. 67 Lei 8.666/93).**

Nome: **Francisco Augusto de Souza Júnior**

Matrícula: **407835-1-2**

Francisca Francileide Pinho Pinheiro
COORDENADORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Francisco Augusto de Souza Júnior
COORDENADOR DA COAPE



Fortaleza (Ce), de Setembro de 2009



**MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO
QUADRO DA EMPRESA
EMPREGADOR: PESSOA JURÍDICA**

Ref.: (identificação da licitação)

A empresa, inscrito no CNPJ nº., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a), portador(a) da Carteira de Identidade nº. e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto na Lei Federal nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao Inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em trabalho algum.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)



ANEXO 04
MINUTA DE CONTRATO Nº ____/2010/SDA

**CONTRATO QUE FAZEM ENTRE
SI O ESTADO DO CEARÁ,
ATRAVÉS DA SECRETARIA DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO -
SDA, E A EMPRESA XXXXXXXX,
PARA O FIM NELE INDICADO.**

O ESTADO DO CEARÁ, por intermédio de sua **SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SDA**, com endereço no Edifício sede da SDA, Av. Bezerra de Menezes, 1820 – São Gerardo, Fortaleza, Ceará, CEP: 60.325-004, inscrita no CNPJ nº 07954563000168, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Titular, _____, e a Empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, CGF sob nº _____, aqui denominada de CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal, _____, RG nº _____, CPF nº _____, RESOLVEM celebrar este contrato, mediante as Cláusulas e condições a seguir,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Fundamenta-se este contrato no Processo de Credenciamento, conforme Edital de Credenciamento para o Leite de Cabra no Programa Leite Fome Zero 2010, conforme processo administrativo SPU 0000000-0, também fundamentado na Lei 10.696 de 02 de julho de 2003 e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Decreto nº 27.922, de 20 de setembro de 2005, além das demais disposições aplicáveis, bem como pelas condições constantes no Edital de Credenciamento para o Leite de Cabra no Programa Leite Fome Zero 2010, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará em _____ de _____ de 2010 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 Constitui objeto deste Instrumento, contratação de laticínios para captação, pasteurização, envasamento, transporte e entrega de leite de cabra pasteurizado para o Programa Leite Fome Zero.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CREDENCIADA CONTRATADA deverá apresentar após o primeiro dia útil posterior ao encerramento da primeira e segunda quinzenas de cada mês, a solicitação de pagamento, comprovante fiscal do produto fornecido, recibo da



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

entrega do leite nos municípios, certidões negativas de débitos e relação dos produtores fornecedores de leite no período, contendo nome do produtor, número do CPF, produção diária fornecida na quinzena ao Programa e número da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). O pagamento será efetivado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da apresentação dos documentos, desde que os mesmos estejam completos. O pagamento ao produtor será efetuado de forma a ser estabelecida pela CONTRATANTE.

- a) Requerimento de solicitação de pagamento, conforme modelo constante no Anexo II;
- b) Nota fiscal contendo a descrição do quantitativo do produto, preço unitário do litro, acompanhada das segundas vias dos recibos de entrega padrão, devidamente assinados pelos coordenadores locais nos respectivos municípios, formulário este constante no Anexo III;
- c) Certidões negativas de débitos perante o INSS, FGTS, dívida ativa do Estado, União e Municípios, de tributos federais, estaduais e municipais, dentro do prazo de validade;
- d) CENFOP – Certificado Eletrônico de Nota Fiscal para Órgão Público;
- e) Autorização de pagamento ao produtores fornecedores correspondentes ao período.

Parágrafo Único – O preço pago por litro de leite caprino pelo Programa Leite Fome Zero é de R\$ 1,72 (hum real setenta e dois centavos), sendo que o preço correspondente aos serviços de captação, processamento, envasamento e distribuição por litro de leite pago à contratada é de R\$ 0,52 (cinquenta e dois centavos). O produtor receberá o valor de R\$ 1,20 (hum real e vinte centavos). O pagamento será efetuado de acordo com as determinações a serem estabelecidas pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECURSO FINANCEIRO

4.1 Os recursos financeiros serão oriundos do Convênio 005/2009 - SESAN firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS e o Estado do Ceará, através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA, com as seguintes dotações orçamentárias:

21100024.20.602.040.20444.**04**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040.20444.**05**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040.20444.**07**.33903200.10.1.00,
21100024.20.602.040.20444.**04**.33903200. 82.2.00,
21100024.20.602.040.20444.**05**.33903200. 82.2.00,
21100024.20.602.040.20444.**07**.33903200. 82.2.00,

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO, DA ENTREGA E LOCAL

5.1 O prazo de vigência do Contrato será até 31 de Julho de 2011.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

5.2 Promover a entrega do leite de cabra no máximo a cada (02) dois dias nos pontos de distribuições nos municípios, de acordo com a relação dos lotes determinados pelo resultado do credenciamento;

5.3 Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela SDA, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES:

6.1 DA CONTRATANTE:

6.1.1 acompanhar e fiscalizar a entrega do leite, conferindo os quantitativos, a pontualidade e a qualidade do produto, certificando-se do devido acondicionamento e que o transporte do gênero alimentício está sendo realizado nas condições de refrigeração e manuseio condizentes;

6.1.2 informar a **CREDENCIADA CONTRATADA** responsável em cada município pelo recebimento do leite nos pontos de distribuição indicados;

6.1.3 informar mensalmente a **CREDENCIADA CONTRATADA** a quantidade de leite que deverá ser entregue nos municípios, de acordo com a pontuação do Sistema Leite Fome Zero;

6.1.4 realizar mensalmente, às análises físico-químicas e microbiológicas do produto fornecido, adotando as medidas pertinentes. Caso haja constatação de que não atende às exigências da legislação em vigor, que regulamenta os critérios da qualidade do leite, deverão ser tomadas as medidas pertinentes;

6.1.5 notificar a **CREDENCIADA CONTRATADA** das irregularidades apontadas pela fiscalização, referente aos aspectos qualitativos e quantitativos do produto distribuído, dando-lhe direito ao contraditório e instituindo prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para defesa e/ou regularização da ocorrência;

6.1.6 penalizar a **CREDENCIADA CONTRATADA**, quando esta incorrer em descumprimento de obrigações referentes à qualidade e quantidade do leite de cabra distribuído, bem como à obediência à frequência, locais e aos horários da distribuição;

6.1.7 excluir definitivamente, a **CREDENCIADA CONTRATADA** após reincidência ao descumprimento de obrigações referentes ao item anterior (6.1.7).

6.2 DA CONTRATADA

A **CREDENCIADA CONTRATADA** deverá administrar de forma integrada e estratégica, planejando e coordenando todas as atividades, otimizando os recursos disponíveis e visando à qualidade do leite e à efetiva entrega do mesmo, devendo ainda:

6.2.1 - adquirir o leite de cabra a ser distribuído, obrigatoriamente, de agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF conforme o capítulo 10, seção 2 do Manual de Crédito Rural, que apresentem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) regulamentada pela Portaria nº. 46/2005 do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, desde que efetivamente participem das ações promovidas pelo estado



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

conveniente, notadamente as relativas à assistência técnica e realizem a vacinação do rebanho bovino quando existir na propriedade, especialmente contra a febre aftosa. Terá prioridade aqueles cuja produção média diária seja de até 30 litros, não sendo obtida a cota diária de leite prevista para satisfazer o abastecimento do contrato, serão cadastrados os produtores cuja produção média diária esteja entre 31 a 60 litros. Por fim, não obtida a cota de leite a ser adquirida serão cadastrados os produtores que tenham média diária entre 61 a 100 litros de leite, podendo produzir até 150 litros/dia, conforme Resolução nº. 37, de 09 de novembro de 2009, do grupo gestor do Programa de Aquisição de Alimentos;

6.2.2 - obedecer ao teto a que se refere o inciso VI do art. 5º do Decreto 6.959 de 15 de setembro de 2009, onde o limite máximo de aquisição do PAA – Leite será de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por agricultor familiar, para cada semestre, considerados os meses de janeiro a junho e de julho a dezembro limitando a 100 (cem) litros por dia por agricultor familiar;

6.2.3 – fornecer quinzenalmente a CONTRATANTE a relação dos agricultores produtores de leite que efetuam a produção do leite durante a quinzena, devendo este se enquadrar nos critérios estabelecidos no item 4 – I, o qual elenca a prestação da seguinte documentação para reconhecimento do agricultor familiar como produtor: nome do produtor, número do CPF, quantidade de leite fornecido ao Programa e número da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP);

6.2.4 – o leite de cabra captado terá que atender as normas da legislação em vigor;

6.2.5 – efetuar a pasteurização do leite de cabra conforme os padrões técnicos especificados na legislação em vigor;

6.2.6 - fornecer o leite de cabra pasteurizado devidamente envasado no modelo de embalagem determinado pela contratante;

6.2.7 - promover a entrega do leite de cabra a cada 02 (dois) dias por semana, totalizando 03 (três) entregas semanais nos pontos de distribuição nos municípios, obedecendo criteriosamente o prazo de validade do produto;

6.2.8 - transportar, descarregar, armazenar e refrigerar apropriadamente o leite, garantindo suas qualidades de acordo com as exigências previstas na legislação em vigor;

6.2.9 - dotar todos os postos de distribuição de leite com equipamentos de refrigeração com capacidade para dois dias de armazenagem para cada ponto de distribuição, bem como realizar sistematicamente manutenção desses equipamentos, promovendo a substituição quando necessário;

6.2.10 - acondicionar o leite a ser distribuído em embalagens plásticas de um litro, com a logomarca do Programa, a identificação da indústria, datas de fabricação e de validade do produto, devendo todo o procedimento de armazenamento do leite ser apresentado em conformidade com a Legislação Federal e Estadual em vigor;

6.2.11 - proceder à substituição das embalagens danificadas durante o trajeto e/ou



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

entrega, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

6.2.12 - manter atualizado o Sistema de Monitoramento Online do Programa Leite Fome Zero, de acordo com as orientações da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA;

6.2.13 - assegurar o fornecimento da quantidade de leite ora pactuada até o final da vigência do contrato;

6.2.14 - arcar com todas as obrigações sociais, tributárias, securitárias, trabalhistas, fretes e quaisquer outros encargos que incidam sobre os valores do produto fornecido;

6.2.15 - realizar a entrega do leite de acordo com o número de beneficiários ativos, não podendo ultrapassar esse limite sob pena de não receber o pagamento do excedente, mesmo que esteja dentro da cota do município;

6.2.16 - não subcontratar, sub-rogar, ceder, alienar ou alterar os termos do contrato sem prévia e expressa autorização da contratante;

6.2.17 – em hipótese alguma, o leite que deixou de ser entregue naquele período poderá ser compensado em entregas posteriores, sob pena de não receber o pagamento pelo mesmo;

6.2.18 - atender sua cota contratada até o final do contrato, salvo no caso de imprevistos, informados e aceitos pela SDA, devendo ainda a CONTRATADA prever a capacidade de produção de leite da região;

6.2.19 - permitir o livre exercício da fiscalização por parte da **CONTRATANTE** ou de seus prepostos;

6.2.20 - em caso de algum imprevisto que impossibilite a entrega do leite de acordo com as normas estabelecidas, a contratada deverá informar o fato à Contratante e aos municípios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

7.1 – A contratante, por força do contrato celebrado, poderá impor pena contratual à contratada, caso seja detectada afronta às regras constantes do contrato e no presente Edital de Credenciamento, bem como das normas de sanidade animal e também da Instrução Normativa N° 51 do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária – MAPA.

7.2 – São penalidades passíveis de aplicação pela contratante:

- a) advertência;
- b) multa pecuniária;
- c) rescisão do contrato, nos termos do art. 77 da Lei 8.666/93.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

7.3 – A pena de advertência, consiste em admoestação escrita, dirigida à empresa contratada, concluindo pela reprovação do ato praticado e reiterando sua proibição.

7.4 – A pena de multa, consiste na aplicação de valor pecuniário, que poderá chegar ao índice de dez por cento (10%) do valor pago pela contratante à contratada, referente à fatura do mês em que se verificou a irregularidade, que deverá ser descontado do pagamento da fatura imediatamente posterior à aplicação da penalidade.

7.5 – A rescisão do contrato consiste em por fim ao contrato bem como todos os seus efeitos, por culpa exclusiva da contratada, no caso a aplicação sucessivas de penas de multa, a serem verificadas pela Contratante.

Parágrafo Único: Caso a empresa contratada tenha seu contrato rescindido, nos termos do item acima, não poderá a mesma participar do Processo de Credenciamento imediatamente posterior.

7.6 – A aplicação das penalidades acima especificadas, será precedida, obrigatoriamente, de processo administrativo, que será iniciado *de ofício* pela contratante ou mediante pedido de qualquer cidadão interessado.

7.7 – Iniciado o processo, que tramitará perante a ASJUR/SDA, esta notificará a empresa interessada, por meio eletrônico, em endereço fornecido pela contratada, por *fac símile* ou por qualquer outro meio idôneo, dando conhecimento das irregularidades apontadas e facultando a contratada a apresentar defesa escrita no prazo de dez (10) dias.

7.8 – Apresentada a defesa, a Contratante analisará todos os argumentos ali articulados, promovendo, caso seja requerido, ampla produção de prova, inclusive testemunhal e, ao final, decidirá, de forma motivada e fundamentada, pela aplicação ou não de qualquer das penalidades previstas, levando em consideração a gravidade da conduta, se a mesma é reincidente e outros elementos pertinentes.

7.9 – Sempre que possível, a contratante observará a gradação na aplicação de penalidade, sendo em primeiro lugar aplicável pena de advertência, deixando as demais para casos em que as condutas são reiteradas, havendo também a necessidade de gradação no valor do percentual a ser aplicado a título de multa, pelas seguintes faixas:

a) 2% do valor da fatura, para casos da primeira aplicação de multa até a quarta aplicação.

b) 5% do valor da fatura, para casos de quinta aplicação de multa até a sétima.

c) 10% para todas aplicações posteriores a oitava aplicação.

Parágrafo Único: a partir da décima aplicação de penalidade pecuniária, a Contratante poderá aplicar a pena prevista no item “c” da cláusula 7.2, qual seja rescisão do contrato, facultando à empresa ampla defesa e contraditório, conforme itens acima.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

7.10 – Caso a contratante aplique qualquer penalidade, será facultado a contratada apresentar Recurso de Reconsideração ao Secretário do Desenvolvimento Agrário, que decidirá em última e final instância, não mais cabendo qualquer recurso administrativo.

7.11 – Das penalidades especiais:

a) Adicionar, por qualquer meio ou mecanismo, água no leite.

Pena: multa a ser fixada no mesmo percentual do volume de água constatado no laudo, sem prejuízo das multas normalmente impostas.

b) Retirar, por qualquer processo ou mecanismo, gordura além do legalmente permitido.

Pena: multa em percentual equivalente a quantidade de gordura retirada do leite.

c) Adicionar, por qualquer meio, peróxidos ou qualquer outros produtos de conservação do leite de cabra.

Pena: multa adicional de 10% sobre a fatura respectiva, sem prejuízo da pena principal a ser aplicada.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato será de 29 de Novembro de 2010 a 31 de Julho de 2011.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

8.1 O presente Contrato será rescindido no inadimplemento da CONTRATADA, independentemente de qualquer indenização, conforme o que prescrevem os artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e posteriores alterações.

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário deverá aplicar punições à empresa contratada, nas hipóteses de não cumprimento de quaisquer cláusulas, especificações ou prazos das obrigações contratuais, relacionadas em seguida:

a) atraso injustificado no cumprimento do objeto deste Instrumento;

b) paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação de pelo menos 30 (trinta) dias à CONTRATANTE;

c) decretação ou a instauração de insolvência civil;

d) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do presente convênio;

e) paralisação da execução do contrato, salvo a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do mesmo, desde que comunicada imediatamente a contratante;

f) não atendimento das determinações dos técnicos da CONTRATANTE, nas atividades de acompanhamento, supervisão e avaliação.

g) a inobservância ou descumprimento de regras, legislação, regulamentação, disposições conexas pertinentes, bem como das normas ou instruções oriundas do Grupo Gestor do Programa Leite Fome Zero – e também, de eventuais alterações que venham a ser introduzidas neste programa e as instruções supervenientes.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 Fica eleito o foro da cidade de Fortaleza para dirimir questões relacionadas à execução deste Contrato, não resolvidas pelos meios administrativos.

10.2 Assim convencionadas e contratadas as partes firmam o presente Instrumento, perante 02 (duas) testemunhas que também o assinam, para produzir seus legais e esperados efeitos.

Fortaleza, de de 2010.

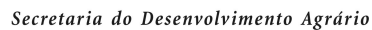
Secretário do Desenvolvimento Agrário
CONTRATANTE

Representante Legal
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

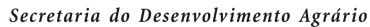
NOME:
CPF:

NOME:
CPF:



Ministério do
Desenvolvimento
Social e Combate à Fome

[illegible]



Ministério do
Desenvolvimento
Social e Combate à Fome

Ass. do proprietário do laticínio



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

ANEXO 03 CONTRATO – Recibo de Entrega



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Desenvolvimento Agrário



Ministério do
Desenvolvimento
Social e Combate à Fome



RECIBO DE ENTREGA

DATA: ____/____/____

NOME DO COORDENADO: _____

MUNICÍPIO: _____

DISTRITO: _____

LOCALIDADE: _____

LATICÍNIO: _____

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	QUANT (Lts)
TOTAL		

ASS. DO COORDENADOR LOCAL

CPF: _____

ASS. DO RESPONSÁVEL PELO LATICÍNIO

1ª VIA DO LATICÍNIO (Branca)

2ª VIA DO COORDENADOR LOCAL (Amarela)

3ª VIA DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

ANEXO 05 - RELAÇÃO DOS LOTES

LOTES	MUNICÍPIOS	LITROS/LEITE/DIA POR MUNICÍPIO	TOTAL POR LOTE (LITROS DE LEITE)
LOTE 01	Arneiroz	75	400
	Quiterianópolis	75	
	Tauá	250	
LOTE 2	Quixeramobim	500	500
LOTE 03	Quixeré	250	1100
	Limoeiro do Norte	350	
	S.J. do Jaguaribe	250	
	Russas	250	
TOTAL		2000	2000